

Prefácio

Adriano Duarte Rodrigues

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

RODRIGUES, AD. Prefácio. In: MATTOS, MA., JANOTTI JUNIOR, J., and JACKS, N., orgs. *Mediação & midiaticização* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 9-19. ISBN 978-85-232-1205-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Prefácio

ADRIANO DUARTE RODRIGUES¹

O hábito de chamar prefácio a um texto que se publica antes de outros e que lhes serve de apresentação é muito curioso, e até intrigante, porque se prefácio significa etimologicamente aquilo que se faz antes de qualquer coisa, a questão é a de saber antes de que é que se faz um prefácio e de que fazer estamos falando quando lhe damos o nome de prefácio. Todos sabemos evidentemente que aquilo que o prefácio faz antes é um texto destinado a apresentar outros textos. Mas como é possível então apresentar textos antes de eles serem feitos? Os leitores mais atentos já poderão ter entendido porque comecei por referir este paradoxo com que todos os prefácios estão confrontados. É que ele nos coloca imediatamente no cerne da problemática escolhida pela Compós para a reflexão do seu livro de 2012 e que é o objecto dos textos reunidos no volume que o leitor terá na mão no momento em que estiver lendo este prefácio. O paradoxo que acabo de referir é a teia em que são enredados todos os prefácios, pelo fato de serem textos que utilizam uma modalidade específica de dispositivos técnicos de mediatização. Ao jogarem com os dispositivos da enunciação, autonomizando, ora umas, ora outras das suas componentes, alguns dispositivos técnicos de mediatização permitem realizar prefácios, isto é, textos que são feitos antes de outros serem lidos pelos seus leitores. O efeito dos dispositivos técnicos de mediatização é o de autonomizarem

¹ Professor Catedrático da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

algumas componentes dos quadros enunciativos que delimitam e constituem o mundo simbólico ou discursivo. Só explicamos e resolvemos o paradoxo dos prefácios se tivermos em conta a autonomização, produzida pela utilização do dispositivo mediático da escrita, do momento em que os autores produzem os textos apresentados pelos prefácios em relação aos momentos em que são publicados, colocados à disposição e lidos pelos seus potenciais leitores. A enunciação dos discursos que são precedidos por prefácios desdobra-se, assim, tecnicamente numa multiplicidade de cenários, tornando-se nómadas, o que lhes permite circular entre cenários distintos ou diferidos do cenário da sua produção. É porque o dispositivo da escrita alfabética, como o que é utilizado para a produção deste livro, é uma técnica mediática que tem a função de autonomizar o momento da produção dos discursos aqui publicados em relação à sua leitura, que é possível fazer este prefácio, um texto que apresenta os textos publicados depois de ele ter sido produzido. O dispositivo técnico da escrita dá aos discursos a possibilidade de passar para além das fronteiras do espaço e/ou do tempo em que foram produzidos pelos seus autores.

É evidente que nem todos os dispositivos técnicos de mediatização de discursos tornam possível a elaboração de prefácios. Só os dispositivos que jogam com a maquinaria temporal dos dispositivos da enunciação, inscrevendo os discursos em suportes duradouros que persistem para além da cena efémera da sua produção. Aos discursos que utilizam outros dispositivos técnicos, tais como o telefone fixo, o telefone celular, a radiodifusão sonora e televisiva e os dispositivos cibernéticos, que jogam com outras componentes do dispositivo enunciativo, nomeadamente com a componente espacial, não é possível elaborar prefácios. O telefone fixo, o celular, a rádio, a televisão, os dispositivos cibernéticos, a não ser que sejam utilizados dispositivos de registo ou de gravação, análogos aos da escrita, não autonomizam o momento em que o locutor produz as suas falas em relação ao momento em que elas são ouvidas pelo seu interlo-

cutor; autonomizam outras componentes da enunciação, nomeadamente a localização da sua produção em relação à localização em que decorre a cena da sua recepção, alargando incomensuravelmente o seu alcance espacial. Mas, de uma ou outra maneira, como estamos a ver, o que distingue os discursos que utilizam dispositivos técnicos dos discursos que, como os que são produzidos face a face, não os utilizam é o jogo com as componentes do dispositivo enunciativo. Isto mesmo já tinha sido visto com toda a clareza por Platão, no *Fedro* (264c e ss.), ao reflectir sobre as consequências que decorrem da invenção do dispositivo técnico mediático da escrita alfabética.

O leitor já deve ter reparado que prefiro falar de dispositivos técnicos da enunciação em vez de *media* ou de *mídia*. Como Marco Toledo lembra muito oportunamente, no texto que o leitor poderá ler neste volume, a polissemia dos termos *media* ou *mídia* não contribui nada para o esclarecimento das questões que este livro pretende abordar. Prefiro falar de dispositivos técnicos da enunciação, porque me parece que aquilo que os *media* fazem é jogar com componentes dos dispositivos naturais utilizados pelos seres humanos para produzirem discursos ou, como prefiro dizer, para objectivarem simbolicamente a sua experiência (Rodrigues 2011).

A propósito da utilidade e do sentido da invenção destes dispositivos técnicos, John Peters (1999), numa obra heurísticamente muito sugestiva, chamava a atenção para o fato de, desde a sua origem, a nossa civilização se confrontar com dois ideais antagónicos acerca desta invenção, o ideal da disseminação e o do diálogo. O ideal da disseminação encontra-o Peters defendida, nos Evangelhos sinópticos, pela bem conhecida parábola do semeador (*Mateus* 13, *Marcos*, 14 e *Lucas* 8), ao passo que o do diálogo é o da maiêutica socrática que Platão parece defender no final do *Fedro*, na sequência da alusão à lenda egípcia, onde é posto em cena o confronto das duas posições antagónicas. Como o leitor poderá verificar ao ler os textos aqui reunidos, é este antagonismo que continua ainda hoje a dividir as maneiras de pensar as vantagens e os inconvenientes da mídia.

Tanto para Platão como para os Evangelhos sinópticos, as palavras são sementes que devem ser semeadas para poderem dar frutos abundantes, mas na parábola do semeador, devem ser disseminadas, generosamente espalhadas aos quatro cantos, ao passo que para Sócrates, a julgar pelo testemunho de Platão, não devem ser desperdiçadas, mas plantadas apenas em terreno fértil e onde possam ser cuidadosamente protegidas. Para os evangelhos sinópticos, não se deve deixar nenhum terreno sem a possibilidade de receber as palavras, mesmo correndo o risco de algumas caírem nos caminhos, entre os espinhos ou entre as pedras, deixando assim que cada terreno as faça germinar de acordo com o seu grau de fecundidade, que cada terreno se aproprie delas de acordo com a sua capacidade. Já para Platão, as palavras devem ser semeadas apenas nos terrenos capazes de as fazerem frutificar, plantando-as no terreno fértil dos jardins de Adónis, nos jardins onde elas possam encontrar o húmus fertilizador, receber os cuidados apropriados, germinar e dar fruto.

Ainda para Platão, a escrita, por ser o dispositivo técnico de disseminação dos discursos, contribui para o seu desperdício e, assim, quando a semente é espalhada aos quatro cantos, indiscriminadamente, quando a escrita faz circular os discursos para além das fronteiras do terreno onde pode encontrar a terra fecunda, não frutifica, corre o risco de ser desperdiçada. A posição decorrente da parábola do semeador sublinha, antes, a importância da disseminação generosa da palavra em todas as direções, de maneira a chegar a inseminar todos os terrenos, a não deixar de inseminar e fecundar todos quantos têm a capacidade para dela tirar proveito, mesmo correndo o risco de cair nos caminhos e de ser pisada pelos viajantes, ou no meio dos espinhos e das pedras que a impedem de germinar.

O antagonismo destas duas posições é incontornável. Não admira, por isso, que continue ainda hoje a dividir a reflexão acerca das vantagens ou dos inconvenientes do uso dos dispositivos técnicos do discurso. Creio que os textos aqui publicados parecem privilegiar o ideal da parábola do semeador em detrimento do ideal do diálogo. Mas a confusão acerca do

sentido que os autores dão à mediatização, aos *media* ou à mídia obscurece por vezes as posições e faz com que, por vezes, num mesmo texto, os autores pareçam defender ao mesmo tempo as duas teses, sem se darem conta de que se trata de posições antagónicas e, portanto, inconciliáveis.

Alguns autores argumentam que a aceleração e a generalização dos inventos de dispositivos técnicos mediáticos fazem com que hoje as representações discursivas do mundo substituam o mundo real. Destas transformações decorreria a constituição daquilo a que se costuma dar o nome de mundo virtual. Mas, se pararmos para pensar, depressa nos damos conta de que estas transformações não decorrem propriamente dos recentes inventos cibernéticos. Para os seres humanos o mundo não é nunca propriamente a realidade, mas o resultado da constituição de processos de objetivação simbólica. O que, por isso, parece mostrar esta perspectiva, habitualmente associada ao que se costuma dar o nome de pós-modernidade, encarando os atuais dispositivos cibernéticos como responsável pela substituição do mundo real por um mundo virtual, é a persistência da nostalgia do paraíso, desde sempre perdido, da realidade.

O texto de Cláudio Cardoso de Paiva refere a atribuição da invenção da escrita ao deus egípcio Toth, ao Hermes grego e ao Mercúrio latino, citando o trabalho de André Lemos. O autor associa as redes cibernéticas e a cibercultura à herança destas divindades, para lhes atribuir funções hermenêuticas, de interpretação do mundo. É em nome desta viragem hermenêutica associada à cibercultura que parece pugnar pela urgência de um projeto de democratização digital que torne possível o acesso generalizado às redes de banda larga e a consequente constituição de um *homo mediaticus*. O autor parece assim acreditar nas vantagens e nos benefícios da disseminação. Creio que, expressa de maneira diferente, o texto de José Luiz Braga, fazendo eco aos mais recentes trabalhos de

Jesús Martín-Barbero, se inscreve na mesma tradição, ao sublinhar a importância do papel dos *media*. Pelo fato de serem agentes de mediação e dispositivos de aceleração dos circuitos e dos fluxos, contribuiriam para o processo a que dá o nome de “invenção social”.

Os debates em torno das questões que a mediatização coloca continuam abertos. Sem pretender de modo algum utilizar este espaço para o fechar, não posso deixar de afirmar que os textos que o leitor tem entre mãos não me levaram a abandonar a ideia que tenho vindo a defender, e a que alguns autores parecem referir-se, de que os dispositivos técnicos mediáticos estão relacionados com a experiência moderna, decorrem de uma das suas características fundamentais, a da fragmentação da experiência numa diversidade de campos (Rodrigues 2001). Gostaria de aproveitar este espaço para precisar melhor esta relação, partindo de uma reflexão mais cuidada sobre aquilo que entendo por experiência moderna. Dediquei-me, nos últimos anos, a rever a minha posição no sentido de eliminar de vez as leituras historicistas a que se prestavam implicitamente as formulações que lhes dava no final dos anos 80 do século passado (Rodrigues 2011). Devo confessar que, para a maneira como hoje coloco, o problema tem contribuído, além da frequência de trabalhos antropológicos, a leitura atenta de textos, que hoje considero fundacionais, da psicologia social de George Herbert Mead (1992), da fenomenologia de Alfred Schutz (1967), do pragmatismo de William James (2007) e de Charles Peirce. Mas o maior contributo para a revisão da minha maneira de ver os *media* recebi-o dos estudos empíricos que, em conjunto com a minha equipa de pesquisa, tenho vindo a fazer das interações verbais, tanto espontâneas como institucionalmente enquadradas, a que me tenho dedicado regularmente nos últimos anos. Deixei assim de encarar a experiência moderna como uma etapa histórica, como nos têm feito crer

desde o século XVIII, para a ver como uma camada ou um estrato da experiência dos indivíduos e das sociedades de todos os tempos e de todas as sociedades. A concepção historicista da modernidade é em grande medida responsável pela amnésia das expressões de modernidade de outras eras e de outras sociedades, assim como pela ilusão de que os dispositivos cibernéticos provocariam o fim da modernidade. Minha posição continua a ser a de que os dispositivos técnicos mediáticos, não só asseguram estratégias de composição entre os diferentes campos que a experiência moderna autonomiza, mas procuram também integrar estas estratégias em processos interacionais que fundam a sociabilidade e continuam a ser processados ao nível das outras camadas ou dos outros estratos da experiência, nomeadamente das camadas a que dou o nome de experiência originária e de experiência tradicional, processos e camadas da experiência sem os quais a própria experiência moderna e os dispositivos técnicos de mediatização que ela transpira seriam impossíveis. Se entendi o texto de Gislene Silva, esta minha posição parece próxima da noção de *bios midiático* proposta por Muniz Sodré.

Esta minha posição contrapõe-se evidentemente às abordagens críticas dos discursos dos *media* que os isolam das interações não mediáticas e os consideram como instrumentos de diversas formas de manipulação. Não é que negue a existência de processos, por vezes insidiosos, de manipulação por parte dos discursos que são veiculados pelos *media*. A questão é a de me parecer impensável a existência de discursos não manipuladores.

Os que sustentam as teses da manipulação dos discursos mediáticos encontram na sua natureza retórica a semelhança, mas dificilmente conseguem descortinar a diferença entre os recursos retóricos utilizados nos discursos espontâneo que circulam no tecido social e os que são utilizados por discursos mediáticos. A impossibilidade de definir a noção de manipulação paira como uma sombra sobre as pesquisas sobre os discursos veiculados pelos *media*. A questão fundamental que não pode deixar de ser previamente resolvida para tornar estas pesquisas

coerentes é a de saber se pode ser imaginada uma modalidade de discursos que não seja manipuladora. Os discursos veiculados pelos *media* são manipuladores como manipuladores são todos discursos que circulam no tecido social. Falar é sempre fazer crer e fazer crer é levar os interlocutores a adotar comportamentos conformes com a crença que os locutores pretendem fazer aceitar. É que, a partir do momento em que qualquer discurso visa fazer aceitar pelos seus interlocutores aquilo que o autor crê ser verdadeiro, ter ocorrido, ser razoável e ser relevante, no quadro enunciativo que delimita o mundo desse discurso, não é plausível a existência de um tipo de discurso que não vise levar o seu interlocutor a aceitar aquilo que o autor pretende fazê-lo aceitar. É evidente que os discursos que circulam graças à utilização de dispositivos mediáticos utilizam recursos retóricos que apoiam determinados padrões políticos, culturais, sociais, sexistas, religiosos, em detrimento de outros padrões, como quaisquer outros discursos produzidos pelos falantes que estão inseridos no mundo constituído e alimentado pelos discursos que circulam nesse mundo, tal como, por exemplo, os discursos de dois amigos sentados à mesa de um bar, como os que são produzidos nos balneários de um ginásio ou como os que ocorrem durante os percursos dos transportes públicos.

A maior parte dos textos aqui reunidos reconhece, explicita ou implicitamente, as dificuldades da tese da manipulação ou da conspiração, o que indicia o alto grau de maturidade que a pesquisa brasileira alcançou nas últimas décadas. A reflexão parece debruçar-se hoje sobre o papel que os mais recentes dispositivos técnicos de mediatização dos discursos desempenham na constituição daquilo que alguns autores designam “nova ordem comunicacional” e outros preferem chamar “novas formas de vida”. Mas uma das questões fraturantes para os autores que vêm na generalização dos mais recentes inventos de dispositivos técnicos do discurso a origem daquilo a que dão o nome de mundo virtual, ciberespaço ou ciberesfera continua evidentemente a ser a questão da manipulação.

O leitor pode evidentemente seguir uma multiplicidade de percursos de leitura desta obra, mas certamente depressa se dará conta de que neles ecoam diversas vozes como se de uma partitura ou de linhas melódicas de uma sinfonia se tratasse. Apesar de cada uma destas vozes seguir linhas melódicas e tonalidades diferentes, o conjunto acaba por formar uma polifonia rica, exuberante mesmo. Algumas destas vozes não se fazem ouvir diretamente, mas através de citações, formando quase uma espécie de refrão, contribuindo deste modo para uma certa unidade do livro. É o caso Jesús Martín-Barbero, de Muniz Sodré e de Renato Ortiz, de Orozco Gómez ou de Mauro Wilton de Sousa frequentemente citados. Mas também podemos encontrar outras que estão aqui representadas pelos seus autores, com é o caso de José Luis Braga e Antônio Fausto Neto que, além de serem frequentemente citados noutros textos aqui, apresentam também aqui as suas posições.

O diálogo que resulta da polifonia desta publicação é um excelente testemunho de um momento particularmente rico dos debates que, no Brasil, se confrontam acerca das questões da comunicação e dos *media*. Pareceu-me encontrar mais pontos de encontro do que de divergência entre as posições em torno das questões que parecem mobilizar a reflexão da comunidade científica brasileira, em geral, e dos programas de pesquisa e pós-graduação que integram a Compós.

Gostaria, no entanto, de chamar ainda a atenção para um outro nível polifónico desta obra, para o nível, talvez menos aparente, mas nem por isso menos brilhante, formado pelo entrelaçamento ou pela interação que os próprios textos estabelecem entre si. O leitor poderá ser levado a concluir que umas vezes convergem, outras divergem, outras vezes ainda parecem seguir rumos ou percursos paralelos. Mas há uma outra modalidade interação entre os textos, a que poderíamos dar o nome de deri-

vas, e que podem surpreender o leitor pelo fato de parecerem abrir novas perspectivas, aparentemente distantes dos percursos habituais. Estou a pensar no belo texto de Clarisse Alvarenga e de Kátia Lombardi. As autoras mostram como a publicação das reportagens fotográficas da guerra do Kuwait de Sophie Ristelhueber ou os filmes documentários de Pedro Costa podem oferecer a oportunidade de um jogo entre aquilo que é comum e aquilo que permite leituras particulares. Para as autoras, a dialética da percepção do particular e do comum e o distanciamento provocado pelo medium leva a uma multiplicidade de interpretações ou, como as autoras preferem dizer, de “traduções”, multiplicidade que relacionam com aquilo a que José Luiz Braga, no seu texto, dá o nome de sentidos tentativos e com o método abduutivo. Os dispositivos mediáticos são assim encarados como “analisadores dos sistemas de representação que sustentam nossas crenças, valores e práticas compartilhadas”, expressão que retoma uma feliz expressão de César Guimarães. Creio que esta última modalidade de polifonia é particularmente importante, porque pode contribuir para a abertura do debate acerca das questões abordadas nesta obra a uma estética dos dispositivos mediáticos, abertura destinada a reciclar ou, pelo menos, a complementar as habituais abordagens políticas.

A publicação desta obra cumpre, por conseguinte, um papel importante, o de colocar ao alcance dos leitores o ponto da situação sobre questões que têm dominado e continuam a dominar o debate sobre a comunicação no Brasil.

Referências

James, W. (2007) – *Philosophie de l'Expérience*, Paris, Les Empêcheurs de Penser en Rond (original : 1909)

Mead, G. H. (1992) – *Mind, Self and Society*, Chicago & London, The University of Chicago Press (original: 1934).

Platão – *Fedro*, 264.

Peters, J. D. (1999) – *Speaking into the air. The History of the Idea of Communication*, Chicago & London, The University of Chicago Press.

Rodrigues, A. D. (2001) – *Estratégias da Comunicação*, Lisboa, ed. Presença.

Rodrigues, A.D. (2011) – *O Paradigma Comunicacional*, Lisboa, ed. da Fundação C. Gulbenkian.

Schutz, A. (1992) – *The Phenomenology of the Social World*, Northwestern University Press (original alemão: 1932)